



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

ORÇAMENTO DO ESTADO 2016

MINISTÉRIO DO AMBIENTE

Nota Síntese

Índice

1.	INTRODUÇÃO	2
1.1.	Sustentabilidade Ambiental	2
1.2.	Transportes e Mobilidade Urbana	5
1.3.	Reabilitação Urbana e Habitação	5
2.	O ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE PARA 2016	7
2.1.	Despesa Consolidada Global	7
2.2.	Despesa Consolidada Global por tipo de Serviço.....	9
2.3.	Despesa Consolidada Global por agrupamento económico	9
2.4.	Despesa Global Consolidada por Fonte de Financiamento	10
2.5.	Análise por medida	11

1. INTRODUÇÃO

O Ministério do Ambiente (MAmb) vai executar, em 2016, um conjunto de iniciativas que terão como principal enfoque a **descarbonização profunda da economia**.

Para alcançar esse objetivo, o Ministério propõe-se implementar um conjunto de medidas de mitigação às alterações climáticas e de melhoria da competitividade das cidades, através da reabilitação urbana, a eficiência energética e a mobilidade sustentável, assentes no conceito de «Cidade Inteligente», e medidas de adaptação, de que são exemplo a defesa costeira e a gestão eficiente das redes de drenagem de águas pluviais.

Neste contexto, os princípios que norteiam este Ministério visam contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e de baixo carbono, racional e eficiente na utilização dos seus recursos, que conjugue a equidade entre gerações, a qualidade de vida dos cidadãos e o crescimento económico, protegendo os agregados de menor rendimento e salvaguardando a classe média.

Tendo presente o esforço de consolidação orçamental, as medidas de atuação do Ministério do Ambiente serão suportadas pelo ciclo de programação de Fundos Estruturais e de Investimento (nacionais e europeus), assentes nos seguintes eixos atuação:

1.1. Sustentabilidade Ambiental

A descentralização e a necessária articulação com as autarquias é um dos desígnios estratégicos deste Governo que conduzirá à reflexão, à definição e à implementação de um plano de medidas em torno da organização do setor de **serviços urbanos de água e saneamento**, que se traduz num novo olhar sobre os sistemas que resolva os verdadeiros problemas do setor, localizados no âmbito Municipal. O plano de medidas incluirá a reversão do processo das fusões dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, feitas à revelia da vontade das Autarquias, mediante a abertura de um processo de diálogo com as mesmas; a promoção de entidades gestoras para a exploração e a gestão do ciclo urbano da água em torno de afinidades regionais a uma escala ótima; a melhoria da articulação entre os principais intervenientes, promovendo o cumprimento da legislação e contratos, incluindo a resolução dos contenciosos comunitários decorrentes da Diretiva das Águas

Residuais Urbanas (DRAU); e o reforço e a harmonização dos mecanismos de garantia da acessibilidade económica aos serviços de águas.

No âmbito da **proteção e gestão ambiental**, pretende-se reforçar os mecanismos de inspeção, de inquérito e de auditoria, mediante:

- O desenvolvimento de orientações para harmonizar, articular e integrar a legislação com maior responsabilização das empresas;
- O reforço dos meios da Administração Pública em matéria de fiscalização sucessiva;
- A implementação do cadastro nacional de contraordenações ambientais e do ordenamento do território.

No que concerne aos **recursos hídricos**, serão adotadas ações conducentes à aprovação do Plano Nacional da Água, do segundo ciclo dos Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas (PGRH) e dos primeiros Planos de Gestão de Riscos de Inundação. Serão, igualmente, concretizadas as ações que visam a monitorização das massas de água, em termos de quantidade e de qualidade, e a reavaliação dos pressupostos de aplicação da Taxa de Recursos Hídricos. O Plano Nacional de Barragens de elevado potencial hidroelétrico será objeto de reanálise, no que diz respeito às barragens cujas obras não se iniciaram.

Em 2016, serão ainda concretizadas as seguintes ações no que respeita à gestão de **resíduos**:

- Incentivar o cumprimento das ações e metas estabelecidas no Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020, em articulação com o Plano Nacional de Gestão de Resíduos;
- Criação das Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos (eGAR);
- Promoção da utilização dos resíduos orgânicos das cidades;
- Aprovação das especificações técnicas e do modelo de cálculo dos valores de contrapartida para os resíduos de embalagem;
- Concessão das novas licenças de gestão de resíduos de embalagem.

No âmbito da **proteção do litoral**, será dada prioridade às ações previstas no Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015, cujos projetos detêm a necessária maturidade para aceder a cofinanciamento no quadro comunitário PO SEUR pelas sociedades Polis. O Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2016-2020 será elaborado e o modelo subjacente à sua implementação aprovado, bem como incentivado o conhecimento técnico e científico sobre as dinâmicas do Litoral, incluindo a monitorização sistemática da faixa costeira.

No que respeita ao **ordenamento do território**, proceder-se-á, em 2016, à emissão de diplomas enquadradores dos programas especiais de ordenamento do território, por forma a permitir a adequada reconversão dos planos especiais em vigor, garantindo, assim, uma abordagem integrada e uma visão estratégica em matéria de recursos de relevância nacional com repercussão territorial e valores naturais. Por outro lado, será iniciada a elaboração dos projetos legislativos e regulamentares tendentes à operacionalização da lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo. Com vista à obtenção de um melhor conhecimento do território, serão desenvolvidos e consolidados os sistemas de informação geográfica.

No domínio da **conservação da natureza e da biodiversidade**, serão promovidas as áreas protegidas e classificadas como ativos estratégicos do território, através da divulgação das potencialidades das áreas protegidas e da dotação das nossas valências. Serão, igualmente, desenvolvidas ações de monitorização de espécies e habitats e iniciada a elaboração dos Planos de Gestão de Zonas Especiais de Conservação (ZEC) das regiões biogeográficas Atlântica e Mediterrânica, no âmbito da consolidação da salvaguarda dos habitats e das espécies da fauna e da flora selvagem protegidos, tal como o lince ibérico. Será implementada a Estratégia de Conservação da Natureza e da Biodiversidade para o horizonte 2020 e serão desenvolvidos projetos no âmbito da conservação da natureza, tendo em vista o aproveitamento do novo quadro comunitário 2016-2020.

1.2. Transportes e Mobilidade Urbana

A política do Ministério do Ambiente neste eixo de atuação visa uma maior e melhor mobilidade, com respeito pelo ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, será dada especial relevância à proteção do serviço público de **transportes** e das necessidades de **mobilidade** das populações, mediante a anulação dos processos de subconcessão das redes dos operadores públicos de transportes de Lisboa e do Porto, a regulamentação dos serviços de transporte flexível e o alargamento da cobertura geográfica da bonificação «Social +» para todo o território continental.

Visando a adoção de medidas de mobilidade orientadas para a eficiência energética e para a transferência modal, serão implementadas estratégias intermodais que favoreçam a utilização do transporte coletivo, a integração dos modos suaves e do transporte individual partilhado na cadeia de deslocações.

Aliadas a estas medidas e concretizando a descentralização das competências da Autoridade de Transportes, serão capacitadas as Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais.

No âmbito da mobilidade elétrica, serão instalados 50 postos de carregamento rápidos e 124 pontos de carregamentos normais e deverá ser aberta candidatura no âmbito do POSEUR dirigido à entidade gestora para garantir a reabilitação e recuperação da rede piloto.

Renovando a aposta na mobilidade elétrica será prorrogado, até 2017, o incentivo ao Abate de Veículos em Fim de Vida, mediante a atribuição de apoios.

Considerando, ainda, a importância da implementação dos Sistemas Inteligentes de Transportes, será dada prioridade à inovação nos sistemas de informação ao público e de bilhética, desenvolvendo um plano de longo prazo aberto à iniciativa privada.

1.3. Reabilitação Urbana e Habitação

Em 2016, será dado enfoque à promoção da **reabilitação urbana** em detrimento da construção nova, promovendo a eficiência energética e melhorando a resistência

sísmica. Nesse sentido, serão desencadeados os mecanismos para a criação de um Fundo Nacional da Reabilitação do Edificado.

Pretende-se, ainda, dar prioridade à reabilitação urbana nos centros históricos e em zonas urbanas e periurbanas degradadas, carecidas de um esforço sério de requalificação e com um défice de equipamentos ou serviços essenciais, favorecendo a reocupação dos centros urbanos e melhorando a qualidade de vida de segmentos socioeconómicos fragilizados.

Serão, igualmente, fomentadas as ações conducentes à requalificação do parque habitacional do Estado e à **habitação acessível** para responder às novas necessidades habitacionais da população, através da operacionalização do Portugal 2020, bem como promover o aumento da oferta de habitação para arrendamento, com rendas moderadas dirigidas à classe média, e oferta de **habitação social** com rendas calculadas com base no rendimento e não nas características do alojamento.

2. O ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE PARA 2016

O orçamento aprovado para 2016 - “Orçamento Ajustado” - contempla a eliminação da Reserva Orçamental e um ajuste ao nível das despesas com o pessoal em algumas entidades por força da contenção do déficit, em linha com o cenário macro orçamental e com as orientações emitidas pelo Ministério das Finanças.

Para efeitos de análise comparativa ao orçamento de 2015 foram expurgadas as entidades que transitaram para outros Ministérios e incluíram-se as entidades que passaram em 2016 a integrar o orçamento do Ministério do Ambiente.

Mais se informa que, para apurar o valor da despesa consolidada, foram eliminadas as verbas no serviço de origem correspondentes a transferências intra setor, traduzindo assim, no essencial, a despesa efetiva.

2.1. Despesa Consolidada Global

A despesa total consolidada do Programa Ambiente (P016) para 2016, ascende a 869,8 milhões €¹, representando um crescimento de 1,2% (+10,5 milhões €) quando comparado com o orçamento provisório de 2015.

O Subsector Estado apresenta um aumento de 19,1% (+14,1 milhões €) em 2016 face ao orçamentado para 2015 e um incremento de 88,8% quando comparado com a execução. Esta variação é resultante do aumento das despesas de funcionamento com cobertura por Receitas Gerais (RG) conjugado com uma diminuição das despesas de investimento (- 10,8 milhões €) com cobertura por financiamento comunitário (- 16,6 milhões €²).

O crescimento das despesas de funcionamento decorre essencialmente da alteração da forma de contabilização da receita consignada do ISP ao Fundo Português do Carbono³ (FPC), que passou a ser considerada uma transferência proveniente do Orçamento de Estado.

¹ O valor desta despesa encontra-se expurgado dos ativos e passivos financeiros.

² É explicado essencialmente pela diminuição de estimativa de fundos comunitários no orçamento da DGT em virtude de ter encerrado em 2015 projetos no âmbito do POVT.

³ Provenientes de transferências do orçamento de Estado.

No que respeita ao Subsector das Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) dá-se um acréscimo de despesa de 17 milhões €, donde se destaca o aumento da despesa nas empresas de transportes resultante de gastos em manutenção e conservação, que é parcialmente compensado pela diminuição da despesa estimada nas sociedades Polis (-57 milhões €).

QUADRO 1- DESPESA TOTAL CONSOLIDADA - COMPARATIVO 2015/2016

Unid.: M€

Áreas de Despesa	2015 Orça. c/Transp s/Energia	2015 Execução Provisória (dados DGO)	2016 Orça. Ajustado	2016 / 2015 Δ %	2016 Estrutura %
SUBSECTOR ESTADO	73,6	46,4	87,7	19,1%	9,3%
1. Funcionamento Normal	33,6	22,2	58,4	73,6%	6,2%
1.1 - Com Cobertura Rec. Gerais	29,4	19,1	54,9	86,5%	5,8%
1.2 - Com Cobertura Rec Consignadas	4,2	3,2	3,5	-16,9%	0,4%
2. Investimentos do Plano	40,0	24,2	29,2	-27,0%	3,1%
2.1 - Financiamento Nacional	19,3	9,4	23,1	19,7%	2,5%
2.2 - Financiamento Comunitário	20,7	14,8	6,1	-70,5%	0,6%
SUBSECTOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	237,2	191,4	249,5	5,2%	26,6%
EMPRESAS PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	584,9	540,8	601,9	2,9%	64,1%
TOTAL NÃO CONSOLIDADO	895,7	778,6	939,1	4,8%	100,0%
Consolidação Transferências entre Subsectores	36,4	22,3	69,3	90,4%	
TOTAL CONSOLIDADO	859,3	756,3	869,8	1,2%	
Nota: acrescem Ativos e Passivos Financeiros					
Ativos	96,4	43,0	96,0		
Passivos	571,0	547,5	741,3		

2.2. Despesa Consolidada Global por tipo de Serviço

QUADRO 2- DESPESA POR TIPO DE SERVIÇO - COMPARATIVO 2015/2016

Não inclui Ativos e Passivos Financeiros

SERVIÇOS DO MINISTÉRIO	Orçamento	Orçamento	Δ	Δ
	Ajustado 2015	Ajustado 2016	2016/2015 (Valor)	2016/2015 (%)
SERVIÇOS INTEGRADOS	73 660 957	87 650 331	13 989 374	19,0%
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	237 207 072	249 527 966	12 320 894	5,2%
ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	584 894 427	601 867 724	16 973 297	2,9%
SUB-TOTAL AMBIENTE	895 762 456	939 046 021	43 283 565	4,8%
CONSOLIDAÇÃO ENTRE E INTRA SUBSETORES	36 444 371	69 275 544	32 831 173	90,1%
TOTAL AMBIENTE	859 318 085	869 770 477	10 452 392	1,2%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS				
ATIVOS FINANCEIROS (Agrupamento 09)	96 413 462	96 014 061		
PASSIVOS FINANCEIROS (Agrupamento 10)	571 002 246	741 310 037		
TOTAL de Ativos e Passivos	667 415 708	837 324 098		
TOTAL	1 526 733 793	1 707 094 575		

Unid.: €

Ao nível da despesa total por tipo de Serviço, verifica-se um acréscimo superior nas dotações dos serviços integrados face aos serviços e fundos autónomos e entidades públicas reclassificadas, explicado, essencialmente, pela alteração da forma de contabilização da receita consignada do ISP ao Fundo Português do Carbono (FPC), que passou a ser considerada uma transferência proveniente do Orçamento de Estado, passando, assim, em primeira linha, pelo orçamento do Ministério.

2.3. Despesa Consolidada Global por agrupamento económico

Da análise ao orçamento por agrupamento de despesa, as rubricas com maior peso são as aquisições de bens e serviços com uma relevância de 22,4% na despesa global do Ministério do Ambiente, seguida pela aquisição de bens de capital com 21% e os juros e outros encargos com uma ponderação de 20,5%.

Na aquisição de bens e serviços, cerca de 146,2 milhões € são absorvidos pelas empresas de transportes, onde se evidenciam os gastos com energia, manutenção dos equipamentos e locação operacional.

Quanto à aquisição de bens de capital, evidenciam-se, mais uma vez, as empresas de transportes, onde se destacam cerca de 90 milhões €, dos quais parte assume a forma

de pagamentos de locação financeira de investimentos concretizados por estas empresas em anos anteriores, sendo ainda de destacar as sociedades Polis que contemplam cerca de 72 milhões € de despesa investimentos a realizar em bem do domínio público.

Os juros e encargos são na ordem dos 179 milhões €, sendo 170 milhões € referentes a encargos com o passivo financeiro das empresas de transportes, decorrente da dívida acumulada, com reflexo no agrupamento 10 – Passivos financeiros.

QUADRO 3- DESPESA POR AGRUPAMENTO - COMPARATIVO 2015/2016

Unid.: M€

Agrupamento	Designação	Orça. 2015 c/Transp s/Energia	Orça. Ajustado 2016	Δ %	2016 Estrutura
01	Despesas com Pessoal	133,6	133,3	-0,2%	15,3%
02	Aquisição de Bens e Serviços	186,7	195,0	4,5%	22,4%
03	Juros e Outros Encargos	176,2	178,7	1,4%	20,5%
04	Transferências Correntes	84,6	114,8	35,6%	13,2%
05	Subsídios	0,03	4,1	13443,1%	0,5%
06	Outras Despesas Correntes	36,3	49,9	37,7%	5,7%
07	Aquisição de Bens de Capital	222,1	182,9	-17,6%	21,0%
08	Transferências de Capital	19,8	11,0	-44,5%	1,3%
11	Outras Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0%	0,0%
Total Geral		859,3	869,8	1,2%	100,0%

Nota: Não inclui Ativos e Passivos Financeiros

Unid.: M€

Agrupamento	Designação	Orça. 2015 c/Transp s/Energia	Orça. Ajustado 2016	Δ %
09	Ativos Financeiros	96,4	96,0	-0,4%
10	Passivos Financeiros	571,0	741,3	29,8%
Total Geral		667,4	837,3	25,5%

2.4. Despesa Global Consolidada por Fonte de Financiamento

Da análise à despesa global por fonte de financiamento, é evidente o decréscimo das verbas provenientes de fundos comunitários, as quais são explicadas pelos seguintes fatores:

- Encerramento do POVT em 2015, que originou uma redução no investimento da DGT e da APA;
- Adequação dos valores orçamentados das Sociedades Polis Litoral face ao prazo de maturidade dos investimentos, os quais não deverão ultrapassar 1 ano, prazo determinado para a entrada em liquidação destas sociedades.

Unid.: M€

Serviço	FF	Designação	Orça. 2015 c/Transp s/Energia	Orça. Ajustado 2016	Δ %
		Sub-total - Receitas Gerais não afetas a projetos cofinanciados	28,77	21,10	-26,7%
Serviços Integrados		Sub-total - Receitas Próprias não afetas a projetos cofinanciados	3,91	3,38	-13,5%
		Sub-total - Receitas Gerais afetas a projetos cofinanciados	0,86	1,04	20,1%
		Sub-total - Financiamento da União Europeia	20,96	6,23	-70,3%
		Serviços Integrados	54,49	31,74	-41,7%
		Sub-total - Receitas Gerais não afetas a projetos cofinanciados	23,49	52,62	124,0%
		Sub-total - Receitas Gerais afetas a projetos cofinanciados	0,96	0,52	-45,8%
SFA e EPR		Sub-total - Receitas Próprias afetas a projetos cofinanciados	8,92	0,66	-92,6%
		Sub-total - Financiamento da União Europeia	120,04	73,46	-38,8%
		Sub-total - Receitas Próprias não afetas a projetos cofinanciados	521,65	570,76	9,4%
		Sub-total - Contração de Empréstimos	129,76	140,02	7,9%
		SFA + EPR	804,82	838,03	4,1%
		Total Geral	859,32	869,77	1,2%

Nota: Não inclui Ativos e Passivos Financeiros

2.5. Análise por medida

O orçamento de 2016 de despesa, funcionamento e investimento, por medida, evidencia, o peso do setor dos transportes no orçamento global do Ministério do Ambiente, representando 57,0 % do total.

QUADRO 4- DESPESA TOTAL CONSOLIDADA POR MEDIDA

Unid.: M€

Medidas	Designação	Orça. 2015 c/Transp s/Energia	Orça. Ajustado 2016	Δ %	2016 Estrutura
001	SERVIÇOS GERAIS DA AP - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,38		0,0%
028	HABIT E SERV COLETIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	9,90	9,56	-3,4%	1,1%
030	HABIT E SERV COLETIVOS - HABITAÇÃO	35,90	32,53	-9,4%	3,7%
031	HABIT E SERV COLETIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	26,05	34,77	33,5%	4,0%
033	HABIT E SERVIÇOS COLETIVOS - PROT MEIO AMBIENTE E CONSERV NATUREZA	322,39	279,10	-13,4%	32,1%
043	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SIL, CAÇA, PESCA - SILVICULTURA	0,85	1,00	17,6%	0,1%
054	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2,80	2,26	-19,5%	0,3%
055	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	384,73	437,60	13,7%	50,3%
057	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	45,46	56,31	23,9%	6,5%
063	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	28,29	12,37	-56,3%	1,4%
065	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	0,00	0,00	150,0%	0,0%
068	OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	2,94	3,89	32,6%	0,4%
	Total Geral	859,32	869,77	1,2%	100,0%

Nota: Não inclui Ativos e Passivos Financeiros

Destaca-se pela sua importância a medida 033 relativa à Proteção e Conservação da Natureza, com um peso de 32% na estrutura global, onde se encontra orçamentada a despesa dos principais Fundos que integram o orçamento do Ministério com um total de 160 milhões € e, ainda, as verbas respeitantes à APA (51 milhões €) e às sociedades Polis (76 milhões €), contemplando essencialmente os investimentos relativos à proteção do litoral.

A esta despesa acrescentam, ainda, os ativos e passivos. Nos ativos financeiros, 64% respeitam à atividade desenvolvida pelo IHRU no âmbito dos empréstimos concedidos para efeitos de incentivo à concretização de operações de reabilitação a realizar quer pelos municípios, quer pelas famílias. Ainda nos Ativos, a medida 031 integra os suprimentos a conceder pela Parque Expo à sua participada Marina Parque das Nações, com vista a assegurar o funcionamento da sociedade e à amortização integral da dívida bancária que esta possui.